

Diploma: **CIVA: ARTIGO 9**, N° 8

**Assunto:** ATL- ACTIVIDADES DE TEMPOS LIVRES

Proc.S221 2003001 com despacho concordante do Subdirector-Geral dos Impostos, em substituição do Subdirector-Geral dos Impostos, em 17/11/2005.

1. O artº 9º nº 10 do Código do IVA isenta de imposto *"as prestações de serviços que tenham ensino, bem como as transmissões de bens e prestações de serviços conexas, como sejam alojamento e alimentação, efectuadas por estabelecimentos integrados no Sistema Nacional de Educação reconhecidas como tendo fins análogos pelos ministérios competentes"*.

2. A referida isenção contempla apenas o ensino efectuado por estabelecimentos integrados no Sistema Nacional de Educação ou reconhecidos como tendo fins análogos pelos ministérios competentes.

3. Tal imperativo de reconhecimento ministerial, como condição essencial de aplicabilidade deverá consubstanciar-se numa certificação (expressa) no âmbito do ensino ministrado por um estabelecimento de ensino de natureza pública, privada ou cooperativa), integrada nos objectivos do Sistema Nacional de Educação.

4. Por contacto telefónico com a entidade em questão, esta informou que não é uma entidade reconhecida pelo Ministério da Educação. Assim sendo, não poderá beneficiar da isenção anteriormente referida.

5. Quanto às prestações de serviços realizadas no âmbito do programa de prolongamento de horário do ensino básico (ATL), deve referir-se o seguinte:

5.1. Nos termos do nº 8 do artº 9º do CIVA, estão isentas de imposto *"as prestações de serviços de bens estreitamente conexas, efectuadas no exercício da sua actividade habitual por (...) centros de tempos livres, estabelecimentos para crianças (...) ou outros equipamentos sociais pertencentes a colectivas de direito público ou instituições particulares de solidariedade social, ou cuja utilidade social seja reconhecida pelas autoridades competentes"*.

5.2. O [ofício-circulado nº 30 071](#) de 24.06.2004, dispõe, para o efeito, o entendimento levemente mencionado refere que, a declaração de reconhecimento de utilidade social deverá ser emitida pelas Regiões de Segurança Social.

5.3. Sendo aquele o único procedimento legal a adoptar a fim de beneficiar do regime de isenção no caso em apreço, que não houve ainda o reconhecimento da utilidade social, não poderá beneficiar da isenção prevista no nº 8 do artº 9º do CIVA.

5.4. Só após a obtenção da declaração de reconhecimento de utilidade social, poderá, para efeitos de aplicação da isenção, apresentar uma declaração de alterações em qualquer Serviço de Finanças.

6. Assim sendo, o enquadramento no regime normal de periodicidade trimestral está correcto, devendo cumprir com as demais imposições do Código do IVA